

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 24872/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA ME**, CNPJ 09213849000118, a penalidade de MULTA no valor R\$13.326,06 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 2180/2021, Edital nº 66/2020 (PE)

Cod. Mat.: 739673

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 26215/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **ALMINHANA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA**, CNPJ 02873606000167, a penalidade de MULTA no valor R\$ 96.371,15 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 1568/2021, Edital nº 3198/2019 (PE)

Cod. Mat.: 739674

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: APLICAÇÃO DE SANÇÃO. Decisão: O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do processo **SES 38770/2021** e em consonância com o art. 87 da Lei 8.666/93 e art. 110 do Decreto Estadual 2.617/09, **RESOLVE** aplicar à empresa **NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI**, CNPJ 34729047000102, a penalidade de MULTA no valor R\$ 65.616,00 por descumprimento da Autorização de Fornecimento nº 3903/2021, Edital nº 2106/2020 (PE)

Cod. Mat.: 739675

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000068.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Município de Correia Pinto. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Segunda e Décima Segunda do termo que a este deu causa, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Segunda – Dos Recursos”: Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais), sendo R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais), como contrapartida financeira por parte do CONVENENTE, conforme Plano de Trabalho. “Cláusula Décima Segunda – Da Contrapartida”: O conveniente compromete-se aportar na conta bancária em parcela única num valor total de R\$ 107.000,00 (cento e sete mil reais), a título de contrapartida financeira, nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 14 de maio de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Edilson Germiniani dos Santos, pelo Município.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000288.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Município de Modelo. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Segunda e Décima Segunda do termo que a este deu causa, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Segunda – Dos Recursos”: Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 261.230,07 (duzentos e sessenta e um mil e duzentos e trinta reais e sete centavos), sendo R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais) pela CONCEDENTE e R\$ 1.230,07 (hum mil e duzentos e trinta reais e sete centavos), como contrapartida financeira por parte do CONVENENTE, conforme Plano de Trabalho. “Cláusula Décima Segunda – Da Contrapartida”: O conveniente compromete-se aportar na conta bancária em parcela única num valor total de R\$ 1.230,07 (hum mil e duzentos e trinta reais e sete centavos), a título de contrapartida financeira, nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto

conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 11 de maio de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Dirceu Silveira, pelo Município.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR001644.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde, mantenedor do Hospital São Marcos, com sede no município de Nova Veneza. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR0011644 fica prorrogado até 31 de agosto de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 12 de maio de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Robson Schmitt Machado, pelo Instituto.

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000876.
CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES. **CONVENENTE:** Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, mantenedora do Hospital São Francisco, com sede no Município de Santo Amaro da Imperatriz. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Fica aditada a Cláusula Vigésima Nona (Da Vigência) do termo que a este deu causa, pelas razões expostas na cláusula segunda, infra, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Vigésima Nona – Da Vigência”: O prazo do Convênio nº 2020TR000876 fica prorrogado até 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 41 do Decreto nº 127, de 30 de março de 2011. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do Termo que a este deu causa. **DATA:** Florianópolis, 14 de maio de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES e Flávio César Esser, pela Sociedade. Cod. Mat.: 739745

PORTARIA nº. 518 - 17/05/2021.
O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA e.e., no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência estabelecida nos termos da Portaria nº. 291/2020 e conforme processo ADR20 387/2021, resolve **REMOVER** a servidora **ROSILENE BRASIL ALVES**, matrícula nº. 0284180-0-02, ocupante do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Técnico em Enfermagem, originária da Coordenadoria Macrorregional de Saúde de Criciúma - COMARS Criciúma, nível GEPRO-SES-12/J, para atuar na Unidade Descentralizada de Coordenação da Atenção Básica - UDAB Criciúma. **EDINEI CARLOS DA SILVA**
Superintendente de Gestão Administrativa e.e.
Cod. Mat.: 739748

Segurança Pública

Polícia Civil

PORTARIA Nº 472/GAB/DGPC/PCSC, de 17/05/2021
A POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Delegado-Geral da Polícia Civil, **Paulo Norberto Koerich**, no uso de suas atribuições, resolve **SUBSTITUIR** o Delegado de Polícia de Entrância Final **Ronaldo Neckel Moretto**, matrícula nº 322.784–7, da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar nº 28/2019, instaurado por meio da Portaria nº 627/GAB/DGPC/PCSC, de 24/06/2019, publicada no DOE nº 21.079, de 15/08/2019, **DESIG-**

NANDO o Delegado de Polícia de Entrância Final **Henrique Nantes Valadão**, matrícula nº 658.314–8, para exercer a função de Vogal. **Paulo Norberto Koerich**
Delegado-Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 739602

PORTARIA Nº 822/GAB/DGPC/PCSC de 18/05/2021.
O DELEGADOGERAL DA POLÍCIA CIVIL do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que estabelece o art. 1º, § 1º, inciso II, alínea a, do Decreto nº 348, de 13 de novembro de 2019;
CONSIDERANDO a necessidade de padronização dos documentos que irão compor os sistemas PCSCNimbus e o Inquérito Digital, **RESOLVE:**
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, a Comissão de Padronização dos Documentos para os sistemas PCSCNimbus e Inquérito Digital (CPDNIP).
Parágrafo único. A CPDNIP ficará responsável pela elaboração e padronização dos documentos institucionais que irão compor o sistema PCSCNimbus e o sistema INQUÉRITO DIGITAL.
Art. 2º Ficam designados para comporem a CPDNIP, os seguintes policiais civis:

NOME	ORIGEM
Del. Tatiana da Rocha Klein	DPGF
Del. Fernando Lúcio Mendes	GETIN
Del. Gustavo Madeira da Silveira	GEPLA
Del. André Luiz Bermudez Pereira	ACADEPOL
Del. Vagner Tiago Ramos Papini	DIC CHAPECO
Del. Marcelo Ricardo Colaco	DPCAMI CAÇADOR
Del. Angelo Moreno Cintra Fragelli	2º DP ITAJAI
Del. Franco Gomes Reginato	DPCAMI LAGUNA
Del. Paulo Augusto Hakim Ribeiro	DPCAP CONTINENTE
Esc. Juliano José Londo	DIC CHAPECO
Esc. Alexsander Bernardes de Souza	DPMU BOCAINA
Esc. George Osório Menegaz	DIC VIDEIRA
Esc. Walker Mendes Cardoso	DPMU GRAVATAL
Esc. Rafael Makansi Nascimento	DH CAPITAL
Esc. Rafaela Hann	GEPLA
Aq. Eduardo Pacheco Schramm	DPCO GASPAR
Aq. Alessandro da Silva	DEL. AMB. TUBARAO
Aq. Micheli Trentin da Silva	8ª. DP CAPITAL
Psic. Simone de Luca Dal Toe	6ª. DP CAPITAL
Psic. Danielle Cadan	DPCAMI ITAJAI

Parágrafo único. A CPDNIP será presidida pela DPGF Tatiana da Rocha Klein, matrícula 658.6660, e secretariada pela Escrivã de Polícia Rafaela Hahn, matrícula 392.3835.
Art. 3º A CPDNIP terá o prazo de 03 (três) meses, prorrogável por igual período, para conclusão do trabalho e apresentação do resultado.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
PAULO NORBERTO KOERICH
Delegado Geral da Polícia Civil
Cod. Mat.: 739623

PORTARIA Nº 473/PCSC/DGPC/CORPC, 18/05/2021
A Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por sua Corregedora-Geral da Polícia Civil e.e, no uso de suas atribuições legais e em consonância com os preceitos **do art. 224 da Lei 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina e dos arts. 3º, § 3º e art. 16 a 24 da LC nº 491/2010**, resolve DESIGNAR os servidores **Henrique Gonçalves Muxfeldt**, Delegado de Polícia de Entrância Inicial, matrícula nº 650.429-9 e **Márcia Rejane Hendges** Agente de Polícia, Classe VIII, matrícula nº 262.683-7, ambos Policiais Cíveis de Santa Catarina, para comporem Comissão de Sindicância Acusatória, a ser presidido pelo primeiro, que deverá ser concluído, se possível, no prazo de 30 (trinta) dias, com a finalidade de apurar eventual cometimento de infração disciplinar atribuída à Agente de Polícia **J. Z. G.**, Classe V, matrícula nº 650.283-0, enquanto exercia suas funções na DPCo de Tijucas, conforme apurado na Sindicância Preparatória nº 025/2021. Em síntese, consta na referida sindicância que a sindicada no dia 29/01/2020 registrou o Boletim de Ocorrência nº 00469.2020.0000688 de perda de documento, no caso CRLV do veículo de placas BOP-0106, deixando de verificar no SISP que o referido veículo possuía registro de furto/roubo. Assim agindo, a sindicada **J. Z. G.** teria incorrido na infração administrativa disciplinar prevista no **artigo 208, inciso VIII (agir, no exercício da função, com displicência, deslealdade ou desleixo), c/c art. 204, “caput”, todos da Lei estadual nº 6.843/86 – Estatuto da Polícia Civil de Santa Catarina.**
Alina Zimmermann Largura
Corregedora-Geral da Polícia Civil e.e.
Cod. Mat.: 739677

PORTARIA Nº 057/DIAF/DGPC/PCSC, de 18/05/2021
O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições conforme dispõe a Portaria nº 677/GAB/DGPC/SSP de 09/04/2019, combinado com o disposto nos arts. 116 a 119 da Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 9º, IV, do Decreto Estadual nº 348, de 13 de novembro de 2019, resolve **DESIGNAR** como membro efetivo o Agente de Polícia **LUIZ EDUARDO WAGNER**, matrícula nº 0921640-5-01,